

, ENTRE ÁFRICA E EUROPA

**ESTUDOS HISTÓRICOS
EM HOMENAGEM
AO PROFESSOR
HELDER ADEGAR FONSECA**

**COORDENAÇÃO
FERNANDO MARTINS
MARIA ANA BERNARDO
PAULO E. GUIMARÃES**

- PIMENTA, Fernando Tavares. 2018. *Branco de Moçambique. Da oposição eleitoral ao salazarismo à descolonização, 1945-1975*. Porto: Edições Afrontamento.
- PIMENTA, Fernando Tavares. 2019. “Corpos para trabalhar: a questão da mão-de-obra indígena (negra) na África Portuguesa”. In *O controle dos corpos e das mentes. Estratégias de dominação dos regimes fascistas e autoritários*. Org. M. E. Brea Monteiro e M. L. Tucci Carneiro, 154-168. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- ROSAS, Fernando. 1995. *Portugal entre a paz e a guerra. Estudo do impacte da II Guerra Mundial na economia e na sociedade portuguesas, 1939-1945*. Lisboa: Editorial Estampa.
- SANTOS, Afonso Costa Valdez Thomaz dos. 1945. *Angola. Coração do Império*. Lisboa: AGC.
- SANTOS, Aires de Almeida. [s.d.]. “Entrevista a Michel Laban”. In *Angola. Encontro com escritores* (1º Volume), editado por Michel Laban. Porto: Fundação Eng. António de Almeida.
- TELO, António José. 1991. *Portugal na Segunda Guerra (1941-1945)*. Lisboa: Vega.
- TELO, António José. 1994. *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Cosmos.
- TORRES, Adelino. 1991. *O Império Português entre o real e o imaginário*. Lisboa: Escher.

Periódicos

- BOLETIM OFICIAL DE ANGOLA, II Série, n.º 49, de 3 de Dezembro de 1941.
- A PROVÍNCIA DE ANGOLA, n.º 6.123, de 17 de Dezembro de 1945.
- OLISIPO, ano XXI, n.º 81, Janeiro de 1958.

LUANDA SEM METAFÍSICA

PORTUGALIDADE E NEGRITUDE NO PENSAMENTO DE ALFREDO MARGARIDO SOBRE O ULTRAMAR EM 1957

João Tiago Lima*

Alfredo Margarido (Moimenta, Vinhais, Trás-os-Montes, 1928 - Lisboa, 2010) é um incansável ensaísta, autor de uma vasta obra, onde se destaca, também pela sua originalidade, um numeroso conjunto de estudos sobre temas africanos, o que faz dele um dos intelectuais portugueses da segunda metade do século XX que mais se empenhou em procurar compreender a realidade cultural, política e social das nossas antigas colónias em África¹. É curioso que, durante o período colonial, Margarido apenas tenha permanecido cerca de três anos nas províncias ultramarinas: em 1955 esteve em São Tomé e Príncipe e, entre 1956 e os finais de 1957, viveu em Luanda onde desempenhou funções de chefia no Fundo das Casas Económicas. Ora, é precisamente em Luanda que ocorre um dos acontecimentos decisivos da biografia de Margarido que, já nessa altura, se destacava como autor de imensos artigos na imprensa escrita. Assim, e na sequência de uma polémica suscitada pelo seu texto “Luanda - Metafísica de uma cidade”, que Margarido fez publicar a 7 de Novembro

* Centro de Investigação em Ciência Política/Departamento de Filosofia da Universidade de Évora.

1. Uma parte bastante reduzida destes *ensaios africanos*, quase todos eles publicados de modo disperso, está reunida em *Estudos sobre Literaturas das Nações Africanas de Língua Portuguesa* (Lisboa, A Regra do Jogo, 1980, Col. “Ensaaios”, n.º 3). Devo destacar também o opúsculo *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses* (Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 2000). Sobre a figura e a obra de Alfredo Margarido cf. AAVV (Org. de I.C. HENRIQUES; F. LOPES; M. RÊGO), *Alfredo Margarido - Um pensador livre e crítico*, Lisboa, Catálogos da Biblioteca Nacional de Portugal, 2012.

de 1957 no *Diário de Notícias*, é decretada a sua expulsão de Angola, sanção que o marcará indelevelmente.

Na introdução a uma entrevista que realiza a Margarido já no presente século, António Garcia revela o que o seu entrevistado lhe terá afirmado noutra ocasião, isto é, «que se tinha tornado no primeiro anti-colonialista português perante as situações de injustiça que presenciara em Angola e na sequência, também, da sanção que lhe fora aplicada» (“Olhares sobre África”, entrevista por António Garcia, *Lattitudes*, nº 24, setembro 2005: 51). Há, nesta afirmação, três componentes que devem ser destacadas. A primeira tem a ver com o anti-colonialismo. O que significa, em rigor, este conceito? Pode um colono ser anti-colonialista? Existirá um anti-colonialismo especificamente português? A segunda componente é aquela que, do meu ponto de vista, suscita menor discussão. Com efeito, Margarido descreve, circunstanciadamente e por vezes de modo admirável, a realidade social, económica e cultural daquela Angola (Luanda sobretudo) que conheceu entre 1956 e os finais de 1957², através de um conjunto de textos publicados na imprensa que merecem ser resgatados de um lamentável esquecimento que, ainda assim, terá as suas razões explicativas. Por fim, a terceira componente remete para um episódio relevante que consistiu na já referida expulsão de Margarido de Angola, determinada por portaria do Governo Geral deste território ultramarino, a 11 de Dezembro de 1957, sob o pretexto de, no texto acima indicado, o seu autor «evidenciar menos consideração pelas autoridades e menosprezo por alguns Serviços Públicos desta Província» (*Boletim Oficial*, II Série, nº 50, 11-XII-1957 *apud* AAVV, *Alfredo Margarido - Um pensador livre e crítico*, op. cit.: 138).

O objectivo principal deste trabalho consiste em ler, analisar e interpretar 26 artigos que Alfredo Margarido publicou em diversos jornais (sobretudo na chamada *edição aérea* do *Diário Popular*, mas não apenas aí), precisamente no período entre a sua chegada a Luanda e a data da decisão, tomada por Viana Rebelo, Governador-Geral de Angola, em proibir «a entrada e residência nesta província» (Ibid.) do ensaísta, procurando averiguar quais as tendências dominantes do pensamento do autor acerca

2. O ano de 1957 tem um significado especial no quadro da história das ideias em Portugal. Aliás, 57 é o nome de um jornal dirigido por António Quadros e que constituiu um dos mais relevantes meios de divulgação das teses da chamada *filosofia portuguesa*. Ora, no nº 3-4 do 57, Alfredo Margarido publica “Da necessidade de equacionar os problemas humanos ultramarinos”, sendo esse um dos 26 textos que, no presente trabalho, estão em equação.

da situação das províncias africanas naquele preciso ano de 1957. Considero estes textos suficientemente interessantes por si mesmos. No entanto, julgo que será hermeneuticamente fecundo interpretá-los em confronto com outros ensaios que Margarido escreveu em tempos posteriores, em especial após ter ido viver para França em 1965 e mesmo já depois do 25 de Abril de 1974 e da libertação dos povos africanos do domínio colonial português, tarefa que terá de ficar para outra ocasião. Não tenho quaisquer dúvidas de que, na sequência da sanção que lhe foi aplicada por Viana Rebelo e sobretudo graças ao prolongado convívio que veio entretanto (ou seja, entre 1957 e 1965) a manter com os elementos da *Casa dos Estudantes do Império* em Lisboa, Margarido começou a construir um sólido pensamento anti-colonialista. Como dirá alguns anos mais tarde, «o colonialismo não se corrige, elimina-se» (*Estudos sobre Literaturas das Nações Africanas de Língua Portuguesa*, op. cit.: 20). Todavia, nos 26 artigos que aqui vou tratar, a perspectiva (ou melhor, as várias perspectivas) apresentada(s) pelo autor não é(são) exactamente a(s) mesma(s). Quer seja por precaução face aos braços tentaculares da censura – que ainda assim não teria a mesma configuração nas colónias em relação ao que se passava na metrópole – quer seja por íntima convicção pessoal, o Margarido de 57, na sua indiscutível e fascinante complexidade, não é ainda o *primeiro anti-colonialista português*. Por vezes, está até bastante longe disso.

Como se poderá entender, então, a reacção tão extremada do Governador-Geral de Angola, na linha, aliás, de outros dois artigos, um anónimo, o outro assinado por António Pires, que criticam duramente Alfredo Margarido e que aparecem, respectivamente, em *O Comércio de Angola*, a 17 de Novembro, e em *A Província de Angola*, a 28 do mesmo mês? Desde logo, é importante lembrar que a punição atribuída a Margarido tem, digamos, um alcance regional ou, se quisermos ser mais rigorosos, provincial. Margarido, nesse preciso momento a passar uma curta estadia em Lisboa, é impedido de voltar para (e de viver em) Angola, sanção que não deixa de ser estranha se se atender que as fronteiras de Portugal iam, segundo o discurso oficial da nação, do Minho até Timor. Aliás, tal facto não passará despercebido entre os opositores a Oliveira Salazar, como se depreende da referência que é feita na “proclamação” da candidatura presidencial do General Humberto Delgado, através de uma crítica ao poder instituído que se expressa nos seguintes termos: «quando se diz que Portugal é uno e se expulsa um Português de uma

provincia ultramarina por criticar o governo local, como se tratasse de território estrangeiro». Esta incongruência entre um país imperial e uma certa autonomia do Governador de Angola leva-me a pensar que o que incomoda Viana Rebelo quando lê o texto de Margarido (presumindo eu que o tenha lido efectivamente) não é apenas o facto de neles se manifestar um pensamento anti-colonialista ou até apenas autonomista, embora isso também já lá se possa descortinar nas entrelinhas (voltarei a este ponto adiante). O incómodo sentido pelas elites culturais e políticas de Luanda radica também e talvez sobretudo noutras causas. A crítica explanada em 1957 por Margarido ao *status quo* da capital da provincia é acutilante, mas o ensaísta não parece ter como alvo o sistema colonial no seu todo. Dito por outras palavras, para “um primeiríssimo Margarido de 1957”, os problemas de Luanda têm *ainda* uma solução possível no quadro do império português. Por exemplo, num dos dois textos que dedica ao tema da criação de uma Universidade em Angola, publicados ainda a 9 e a 23 de dezembro de 1956, é possível ler o que se segue: «A unidade imperial não pode ser mais um ‘mito’ a viver de roupagens belas, mas essencialmente orais. Há que objectivá-la em realizações, das quais o ensino universitário não deixará de ser (...) uma das mais importantes» (“Ainda a criação de uma universidade em Angola”, *Diário Popular, edição aérea*, 23-XII-1956: 3). Como se vê neste passo, para Margarido, alguns dos problemas angolanos e, de um modo geral, ultramarinos encontram a sua razão de ser no facto de o império português se revelar insuficientemente coeso, ou melhor, no facto de ter uma natureza que é mais mítica do que assente em realizações objectivas. Por outras palavras, muitos dos dilemas existentes nas provincias africanas parecem resultar de uma ainda insuficiente colonização portuguesa. Ou ainda: a crítica de Margarido às classes dirigentes de Luanda - sublinhe-se que alguns dirigentes luandenses se opõem à criação de uma universidade em Angola, invocando um défice de maturidade da população local - prende-se não com os seus excessos colonialistas, mas, sim, com uma forma enviesada ou mesmo errónea de assumir e levar a cabo a própria empresa colonial. Tal perspectiva não é um acidente linguístico ocorrido neste texto sobre o desejado ensino universitário angolano, mas constitui - essa é, pelo menos, a tese que aqui procurarei defender - uma dimensão iniludível do pensamento de Margarido sobre o ultramar português na aurora de 1957.

II

Os tópicos tratados nos artigos dos quais me vou aqui ocupar são bastante variados e podem ser agora reunidos em três grandes categorias: um primeiro grupo dedica-se a temas de economia (Congresso da Indústria Portuguesa e o seu *esquecimento* da indústria angolana, a importação de vinhos e licores em Angola, agricultura, turismo, etc.), o segundo considerá-los-ei páginas sobre cultura e arte (exposições de artes plásticas, literatura, cineclubismo, etc.) e, por fim, há outros textos que, pelo seu hibridismo, são ensaios difíceis de catalogar. Talvez sejam estes, aliás, os artigos mais interessantes, quer do ponto de vista do conteúdo, quer em virtude da sua riqueza formal. No entanto, todos os 26 textos revelam um hábil e extremamente inventivo ensaísta.

Por exemplo, entre os textos que versam problemas económicos, destaca-se a série de sete artigos sob o título “Rota para Malange” onde Alfredo Margarido, em artigos publicados na edição aérea do *Diário Popular* entre 24 de outubro e 14 de novembro de 1957, dá conta de uma viagem que efectuou às quedas de água Duque de Bragança (hoje Calandula), passando pela cidade de Salazar (hoje N’dalatando). No relato dessa jornada, Margarido descreve minuciosamente a impressionante flora existente na Escola Agrícola do Cazengo (Salazar), os efeitos, positivos mas ainda insuficientes, da Campanha de estabilização da agricultura indígena, o declínio do cultivo do Sisal, mas também reflecte sobre o nome das regiões e povoações, lamentando o seu forçado aportuguesamento (por exemplo, Bailundo «termo de uma extraordinária beleza» (“Rota para Malange (5)”, *Diário Popular*, 7-XI-1957: 12) passou a ser uma triste Vila Teixeira da Silva), questiona a escassez de cuidados médicos ministrados aos trabalhadores locais e, para finalizar o percurso, fornece-nos um espantoso retrato das quedas de água Duque de Bragança, chamando a atenção para o muito que há ainda a fazer, caso se queira aproveitar todo o potencial turístico de uma região que, por isso mesmo, precisa de ser preservada na sua integridade natural.

Há, nestes sete capítulos de “Rota para Malange”, material suficiente para suscitar a discordância ou até a indignação das autoridades angolanas? Claro que sim. Mas os termos em que Margarido coloca aqui os problemas que deseja debater jamais parecem pôr em causa a legitimidade do projecto colonial. Trata-se, quando muito, de tornar mais efectivo ou

porventura mais humanista o processo colonizador, entendendo-se por isso não só uma maior *europeização* dos indígenas, mas também o respeito por algumas das características culturais das regiões que urge colonizar (por exemplo, os nomes originalmente africanos de algumas localidades).

Esta questão, digamos, linguística merece um desenvolvimento importante em texto publicado a 1 de agosto de 1957 - já não como os sete capítulos de "A Rota de Malange" na edição aérea do *Diário Popular*, mas no suplemento cultural "Quinta-feira à tarde" do mesmo vespertino lisboeta - com o título "Falar Português em África". A tese principal de Margarido parece-me simples de sintetizar. Derivada de uma deficiente escolarização dos povos africanos, observa-se, quer em São Tomé e Príncipe, quer em Angola, um muito escasso domínio da língua de Camões pelos indígenas. «Cinco séculos de presença em África não firmaram o português, ou, mais propriamente, deram ocasião a que surgisse uma língua que nos não corresponde, mas que vamos aceitando por comodismo, por ser mais fácil aceitar do que corrigir» ("Falar Português em África", *Diário Popular*, 1/VIII: 11). Esta *não correspondência* entre a língua portuguesa e o deficitário uso que "dela" é feito pelos portugueses nascidos nas colónias - pelos pretos, mas também pelos filhos dos colonos que são "educados" por aqueles «durante dias e dias, ou meses» (Ibidem) - constitui, no entender de Margarido, «uma mancha desnacionalizante, que convém (e é urgente) fazer desaparecer» (Ibidem: 1). Caso contrário, «entramos na consagração de uma linguagem estreita, de via reduzida, onde uma parte da (...) portugalidade (...) é devorada» (Ib.: 1 e 11). O diagnóstico não poderia ser mais elucidativo. O abastardamento do português falado em África, com excepção dos «insultos e obscenidades», nos quais «o génio barroco do português e do aborígene adopta alegremente todos os vocábulos pejorativos que lhe surgem» (Ib.: 11), constitui indesmentível sintoma da falta de unidade do império colonial. A terapia para a *doença* passa, novamente, por um verdadeiro investimento na escolarização das populações angolanas. No entanto, essa decisão depende de uma radical mudança de mentalidade do colonizador que precisa de discutir os problemas africanos a uma escala verdadeiramente nacional. Ora, até ao momento, Margarido não vislumbra ser possível tal transformação dado que «o *africanista* continua a ser um animal raro» (Ib.). Daí a importância deste texto que o ensaísta publica na edição metropolitana do *Diário Popular* (tanto quanto sei, "Falar Português em África" não apareceu na chamada

edição aérea) e onde se visa chamar a atenção do leitor europeu para a especificidade da realidade angolana. Trata-se, em suma, de consciencializar a população colonizadora (quer os que permanecem em Portugal, quer os que em breve partirão para África, onde há gritante escassez de mão-de-obra qualificada e não-qualificada) para a necessidade de inverter o rumo de um processo, cuja finalidade Margarido ainda não discute (não é possível esquecer que ainda corre o ano de 57), mas que está muito longe de cumprir as suas verdadeiras e justas potencialidades.

III

Outro texto que, do meu ponto de vista, merece ser revisitado, para uma melhor compreensão do pensamento de Alfredo Margarido neste período anterior à sua *expulsão* de Luanda, é "Dois monumentos que se impõem: ao negro e ao homem do povo", inicialmente dado à estampa na edição aérea do *Diário Popular* de 21 de junho de 1957, mas que foi reimpresso no jornal *O Brado Africano* em Lourenço Marques (hoje Maputo) a 3 de agosto, o que revela a boa aceitação que suscitou no contexto do ultramar português daquela época. Mais uma vez, a argumentação de Margarido é clara. Procurarei sintetizá-la. Margarido advoga a necessidade de se reparar a injustiça que é feita aos silenciados da história, começando por sublinhar que todos os feitos dos chamados grandes portugueses que comandaram a expansão portuguesa seriam impossíveis sem o inquebrantável suporte dos elementos do povo anónimo que os acompanharam. Não é por isso correcto que pequenos líderes de dimensão regional sejam eternizados em estátuas, ao passo que os trabalhadores verdadeiramente decisivos para os feitos daqueles são enterrados no esquecimento. Importa, por isso, erguer um monumento que simbolize a relevância do povo anónimo nos descobrimentos. Simplesmente no contexto africano e também do Brasil, Margarido descobre que, para além do que foi dito anteriormente, falta também a homenagem ao homem negro. Daí a necessidade de se erguer não um, mas dois monumentos: um dedicado ao homem do povo (marinheiro, camponês, mulher) e outro representando o homem negro.

Ora, é esta divisão que surpreende, pelo menos para quem lê o texto de Margarido com os olhos de hoje. É que, ao repartir a homenagem entre o homem do povo e o homem negro, Margarido está - pouco importando se

o faz voluntariamente ou não - a *dizer* que o negro não faz parte do povo, só isso justificando que tenha, em relação a este, um tratamento diferenciado. Eis aqui, no essencial, o pressuposto de qualquer gesto racista. Repare-se ainda que, quando fala do homem do povo, Margarido admite três categorias: marinheiros, camponeses e mulheres. Já quando fala do homem negro tal diferenciação não é realizada, ficando todos os negros (homens e mulheres, caçadores ou agricultores, por exemplo) amalgamados numa massa indistinta. Claro que é de louvar o facto de Margarido sublinhar a importância do homem negro na edificação do império. Um exemplo entre outros é este passo do texto: «Como poderíamos nós, povo de pouco mais de dois milhões de habitantes, ter podido realizado a nossa portentosa obra de descobrimento, ocupação e civilização, sem o negro que caminha a nosso lado, companheiro, aliado, irmão?» («Crónica de Angola: Dois monumentos que se impõem: ao negro e ao homem do povo», *Diário Popular*, edição aérea, 21-VI-1957:3). Porém, para mim, leitor do século XXI, continua a ser digno de espanto o facto de Margarido excluir o negro da categoria de membro do povo, fazendo dele um mero acompanhante daqueles que, realmente, parecem ter sido os obreiros do império. E, por outro lado, isso também ajuda a justificar a óptima aceitação deste texto em concreto pelos leitores colonizadores, o que fez com que fosse quase de imediato publicado também em Moçambique a 3 de agosto.

IV

O texto que funcionou como causa (única? próxima?) para a sanção que Viana Rebelo impôs a Alfredo Margarido, “Luanda - Metafísica de uma cidade”, é, no meu entender, um dos melhores ensaios deste conjunto de 26 artigos. Foi, desta feita, publicado no suplemento “Artes e Letras” do *Diário de Notícias* 7 de Novembro de 1957. Trata-se de um retrato da capital angolana que muito ganha em ser lido em contraponto com o texto que analisei anteriormente (“Os dois monumentos”). Como é retratado o homem negro em “Luanda - Metafísica de uma cidade”? Por que motivo suscitou este artigo tão viva indignação entre os membros da elite política e cultural da capital da província?

Procurando proceder com método, destacarei algumas das teses mais importantes do riquíssimo ensaio de Margarido que, de resto, se encontra

escrito num estilo algo barroco que obriga a várias leituras para se chegar a uma compreensão mínima do que aí está em jogo. O texto começa por descrever a primeira impressão de quem, vindo da Europa, chega a Luanda e que se vê confrontado com a especificidade da marca que o sol deixa na cidade. Em seguida, Margarido refere-se aos comentadores políticos e sociais de Luanda que, sentados nas esplanadas, «medem o seu tempo pelo quinino tomado» (“Luanda - Metafísica de uma cidade”, *Diário de Notícias*, 7/XI/1957, Suplemento “Artes e Letras”: 7). Depois, menciona a actividade da caça («uma espécie de lâmina de sangue que pesa sobre os habitantes da cidade»(Ibidem)), para logo a seguir insinuar que as mulheres de cor manifestam uma supremacia atractiva face às europeias. Especial relevo é também conferido ao *muçequê* («Para quem queira penetrar o subtil mistério da cidade, o muçequê é o elemento indispensável» (Ib.)) o que constitui nova oportunidade de chamar a atenção para a importância da população negra na verdadeira dinâmica da cidade, mesmo que tal protagonismo não seja isento de ambiguidades. «Não podemos dizer que não existam desencontros sociais. A verdade é que vão longe os tempos de um luso-tropicalismo de sentido patriarcal e que ao negro escravo se opõe hoje o negro livre, funcionário e estudante, passageiro de machimbombo e advogado, jogador de futebol e médico» (Ib.) O ensaio encerra com a saudação do aparecimento do termo *negritude*, introduzido por Francisco José Tenreiro e Mário Pinto de Andrade³, que, ainda assim, não é acolhido sem reservas. «Se podemos encontrar repugnância pelo termo, aparentemente oposto a conceitos (mais propriamente diremos “preconceitos”) de portugalidade» (Ib.), a verdade é que ele parece ajudar a desbravar caminho para o que possa ser a definição de uma cultura angolana que, por agora, se expressa apenas em termos de “paixão”, mas que necessita doravante de ser traduzida em termos de “reflexão”. “Luanda - Metafísica de uma cidade” seria um dos primeiros passos do caminho a fazer nessa direcção.

Repare-se que, num certo sentido, todos estes 26 textos são mais ou menos contemporâneos, pois entre o momento da sua escrita e a data da

3. No entanto, já num artigo publicado a 13 de janeiro (!!!) desse mesmo ano, Margarido se refere ao contributo de Tenreiro e Pinto de Andrade para a edificação de uma cultura angolana visto que ambos, através da publicação de «uma antologia de poetas negros de expressão portuguesa (...) [fizeram] surgir entre nós o fermento de uma negritude [itálico meu]» (“O Caso Cultural Angolano”, *Diário Popular*, edição aérea, 13/1/1957: 12).

sua publicação nem sempre é possível determinar tempos exactos. Ou seja, é difícil avaliar se há uma transformação, lenta mas segura e irreversível, no pensamento de Margarido, entre dezembro de 1956 e o mesmo mês do ano seguinte. Porém, a verdade é que as teses de Margarido em muitos destes textos de 1957 nem sempre são inteiramente congruentes. Se, em “Falar português” ou em “Ainda a criação de uma universidade em Angola”, o que se visa ainda é reforçar a *unidade* e a eficácia do *império* ou se em “Dois monumentos” se fala na *portentosa obra do descobrimento*, já em “Luanda - Metafísica de uma cidade” se considera a portugalidade um preconceito, ao mesmo tempo que desponta a ideia de que o conceito de negritude pode vir a ser altamente vantajoso para a definição de uma cultura angolana. Ora, em que consiste tal cultura? Julgo que se trata de um conceito que, mesmo no conjunto de textos que aqui estão em análise, nem sempre ostenta o mesmo significado. Assim, no texto de 13 de janeiro, com o título “O caso cultural angolano”, Margarido é taxativo quando sustenta que «Angola só poderá existir culturalmente desde que os seus valores existenciais apareçam perfeitamente definidos dentro da cultura portuguesa» (“O Caso Cultural Angolano”, *Diário Popular, edição aérea*, 13/1/1957: 12). Contudo, esta inclusão da cultura angolana dentro do âmbito mais vasto da cultura portuguesa já não parece casar tão bem com as teses enunciadas em “Luanda - Metafísica de uma cidade” onde Margarido assinala, como atrás se disse, que a portugalidade é mais propriamente um preconceito do que um conceito e que, por isso, obstaculiza o acesso «a pensar-se nas formas que pode ganhar uma cultura angolana» (“Luanda - Metafísica de uma cidade”, op. cit.: 7). O que poderá parecer à primeira vista uma mera diferença de pormenor constitui, no meu entender, um sintoma de uma lenta mas irreversível transformação no pensamento de Margarido sobre as províncias do ultramar português. Onde se lia antes portugalidade ou cultura portuguesa, dentro da qual a cultura angolana seria invisível, passa a ler-se agora negritude, tradução directa para língua portuguesa do conceito «criado por volta de 1935 por Aimé Césaire (...) e Léopold Sédar Senghor (...) para designar uma personalidade africana» (*Estudos sobre Literaturas das Nações Africanas de Língua Portuguesa*, op. cit.: 157). Ou seja, surge em cena um conceito não-português (*negritude* é uma palavra francesa) para traduzir a especificidade da cultura angolana. Está aberta a caixa de Pandora para a *unidade do império* ou até mesmo para a *portentosa obra do descobrimento*.

Pouco importa se Alfredo Margarido, ao escrever “Luanda - Metafísica de uma cidade”, tinha plena consciência do que estava em jogo ao enunciar teses tão ousadas como esta. Mas a sanção que resulta da publicação do artigo serve, sem dúvida, para que o ensaísta comece a pensar que os problemas humanos de Angola só teriam solução no quadro de uma progressiva autonomização das populações locais. Dito de outro modo, é quando sofre na pele a inclemência do poder colonial que Margarido começa a esboçar um pensamento anti-colonialista. Será ele o primeiro intelectual anti-colonialista português? Terá o anti-colonialismo português uma configuração específica? Essas serão questões que, pela sua importância e complexidade, terão de ser respondidas numa outra ocasião.

BIBLIOGRAFIA:

DE ALFREDO MARGARIDO:

- “A favor da criação de uma Universidade em Angola”, *Diário Popular (edição aérea)*, Lisboa, 9/XII/1956: 1 e 10.
- “Ainda a criação de uma Universidade em Angola”, *Diário Popular (edição aérea)*, Lisboa, 23/XII/1956: 1 e 10.
- “O Caso Cultural Angolano”, *Diário Popular (edição aérea)*, Lisboa, 13/1/1957: 12.
- “Artur Seixas volta a expor em Luanda”, *Diário Popular (edição aérea)*, Lisboa, 24/1/1957: 1 e 10.
- “A Juventude Musical e a sua actividade em Angola”, *Diário Popular (edição aérea)*, Lisboa, 31/1/1957: 1 e 10.
- “O Congresso da Indústria Portuguesa e a participação das Províncias Ultramarinas”, *Diário Popular (edição aérea)*, Lisboa, 31/III/1957: 1 e 12.
- “Ainda o Congresso da Indústria Portuguesa”, *Diário Popular (edição aérea)*, Lisboa, 14/IV/1957: 1 e 12.
- “A importação de fardas e fatos usados”, *Diário Popular (edição aérea)*, Lisboa, 3/V/1957: 12.
- “Critérios - Sampaio Bruno e Fernando Pessoa”, *Diário Popular*, Lisboa, 30/V/1957: 7 e 9. Texto reimpresso em *Diário Popular (edição aérea)*, Lisboa, 11/VI/1957: 4 e 9.
- “Crónica de Angola - importação de vinhos e licores”, *Diário Popular (edição aérea)*, Lisboa, 31/V/1957: 1 e 10.
- “O Luso-tropicalismo de Gilberto Freyre”, *Diário Popular (edição aérea)*, Lisboa, 7/VI/1957: 12.

- “Crónica de Angola – Dois monumentos que se impõem: ao negro e ao homem do povo”, *Diário Popular* (edição aérea), Lisboa, 21/VI/1957: 3. Texto reimpresso na edição de 9 de julho do mesmo ano e em *O Brado Africano*, Lourenço Marques, 3/VIII/1957.
- “Falar português em África”, *Diário Popular*, Lisboa, 1/VIII/1957: 1 e 11.
- “O Ultramar e os problemas da economia portuguesa”, *Diário Popular* (edição aérea), Lisboa, 16/VIII/1957: 1 e 10.
- “Da necessidade de um diálogo português”, *Diário Popular*, suplemento “Quinta-feira à tarde”, Lisboa, 5/IX/1957: 1 e 2.
- “De Luanda – a exposição de arte do Pintor Melo Júnior”, *Diário Popular* (edição aérea), Lisboa, 14/X/1957: 2.
- “Rota para Malange (1): A Escola Agrícola do Cazengo que oferece condições de interesse ao turista é uma autêntica antologia da flora africana”, *Diário Popular*, Lisboa, 24/X/1957: 12.
- “Rota para Malange (2): A campanha de estabilização da agricultura indígena”, *Diário Popular*, Lisboa, 28/X/1957: 12.
- “Rota para Malange (3): A campanha de estabilização da agricultura indígena. O que se tem feito e o muito que ainda há a fazer”, *Diário Popular*, Lisboa, 31/X/1957: 12.
- “Rota para Malange (4): A propósito do Sisal”, *Diário Popular*, Lisboa, 4/XI/1957: 12.
- “Rota para Malange (5): O Nome das Povoações”, *Diário Popular*, Lisboa, 7/XI/1957: 12.
- “Luanda - Metafísica de uma cidade”, *Diário de Notícias*, Lisboa, 7/XI/1957: 7.
- “Rota para Malange (6): Estradas e Assistência”, *Diário Popular*, Lisboa, 11/XI/1957: 12.
- “Rota para Malange (7): As quedas do Duque de Bragança”, *Diário Popular*, Lisboa, 14/XI/1957: 12.
- “Da necessidade de equacionar os problemas humanos ultramarinos”, 57, nº 3/4, Lisboa, Dezembro de 1957: 5.
- “Tentativa de localização de Silva Porto no pensamento português”, *Diário de Notícias* (Supl. “Artes e Letras”), Lisboa, 5/XII/1957: 7-8.
- Estudos sobre Literaturas das Nações Africanas de Língua Portuguesa*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1980, Col. “Ensaio”, nº 3.
- A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, 2000.
- “Olhares sobre África”, entrevista por António Garcia, *Lattitudes*, nº 24, setembro 2005: 51-53

DE OUTROS AUTORES:

- ANÓNIMO, “Um Colono que foi ‘colonizado’ deu aos leitores do *Diário de Notícias* uma versão errada de Luanda”, *O Comercio de Angola*, Luanda, 17/XI/1957: 1 e 4.

- AAVV (Org. de I.C. HENRIQUES; F. LOPES; M. RÊGO), *Alfredo Margarido - Um pensador livre e crítico*, Lisboa, Catálogos da Biblioteca Nacional de Portugal, 2012.
- PIRES, António, “Perigos da Metafísica”, *A Província de Angola*, Luanda, 28/XI/1957.